

**O FUNDEB NA PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO:
A PRODUÇÃO DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO
DIREITO**

**FUNDEB FROM THE PERSPECTIVE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO
EDUCATION: THE PRODUCTION OF RESEARCH IN FINANCING
EDUCATION IN LAW**

Marisa Rossignoli¹

Ricardo Pinha Alonso²

RESUMO:

O artigo tem como objetivo realizar um estado da arte referente à produção científica nos programas de pós-graduação em Direito do Brasil de teses de doutorado e dissertações de mestrado que constam no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), de 1988 a 2018, sobre direito à educação e sua interface com o financiamento da área, tal estudo justifica-se como parte do trabalho de pós-doutoramento realizado na área e necessidade de pesquisas de Direito que discutam o financiamento da educação para que haja a garantia do direito previsto constitucionalmente. Dado o baixo número de dissertações e teses (18 na área do direito localizadas pelo sistema de busca) optou-se analisar os artigos que estão na base do *Scielo* e possuem *qualis A* no Direito, utilizando-se a mesma sistemática de busca. Como resultado verificou-se que a pesquisa sobre financiamento da Educação no Direito cresceu substancialmente a partir dos anos 2020 mas que ainda há grande necessidade que a área aborde tais temáticas.

Palavras-chave: Direito à Educação. Estado da Arte. Financiamento da Educação.

ABSTRACT:

The article aims to carry out a state of the art regarding scientific production in postgraduate programs in Law in Brazil of doctoral theses and master's dissertations that appear in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), from 1988 to 2018, on the right to education and its interface with the financing of the area, such a study is justified as part of the post-doctoral work carried out in the area and the need for legal research that discusses the financing of education so that there is the guarantee of constitutionally stipulated rights. Given the low number of dissertations and theses (18 in the area of law located by the search system), it was decided to analyze the articles that are in the Scielo database and have A qualifications in Law,

¹ Professora do PPGD – UNIMAR; Pós-Doutoranda em Direito pela UENP (Jacarezinho); Doutora em Educação pela UNIMEP; Mestre em Economia pela PUC-SP e Graduada em Economia pela UNESP – Araraquara; Delegada Regional (Região Bauru) pelo Conselho Regional de Economia – SP.

² Professor PPGD - UNIMAR; Pós-doutorado (Universidade de Santiago de Compostela); Doutor (PUC-SP); Professor da UENP (Graduação e Colaborador no PPGCJ), Procurador do Estado de São Paulo

using the same search system. As a result, it was found that research on financing Education in Law has grown substantially since the 2020s, but there is still a great need for the area to address such topics.

Keywords: Right to Education. Education Financing. State of art.

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro já passou por várias transformações no que se refere ao direito e comprometimento financeiro com a educação. A Constituição de 1988 garantiu no artigo 205 o direito à educação, se inicialmente tal direito referia-se ao Ensino Fundamental o texto passou por transformações: A Emenda Constitucional 14/96 criou o FUNDEF e instrumentos que garantissem o financiamento da Educação, em 2006 a Emenda Constitucional 53/06 ampliou para a Educação Básica, incluindo a Educação Infantil e Ensino Médio e aumentando o comprometimento financeiro da União, em 2009 um novo ganho em termos de abrangência se apresenta com a Emenda Constitucional 59/09 que amplia a obrigatoriedade da Educação formal estabelecendo que a mesma deva se dar dos 4 aos 17 anos, e ainda, a Emenda Constitucional 108 de 2020 amplia os recursos do FUNDEB, esta só será plenamente contemplada em 2026 (Brasil, 1988).

Verifica-se assim uma crescente na previsão constitucional do Direito à Educação bem como dos recursos para a mesma.

Apresenta-se com fundamental importância estudos que tratem de compreender as sistemáticas estabelecidas bem como a efetividade das políticas de financiamento para garantia da educação nas várias áreas do conhecimento.

O trabalho ora apresentado objetiva uma análise do direito à educação e suas transformações, bem como da participação da União no que se refere ao financiamento da educação, partindo da premissa que não obrigatoriamente a existência de dinheiro para a educação pública garante a qualidade da mesma, mas que sem recursos, certamente não haverá um ensino de qualidade.

Quando se discute a educação básica vários olhares são possíveis, da formação de professores ao resultado em provas que avaliam aprendizagem, nesta pesquisa objetivou-se analisar a produção em direito sobre financiamento da educação, compreendendo-se que as

transformações que os textos constitucionais, bem como demais legislações, tiveram no decorrer de nossa história foram fundamentais para a atual configuração.

A pesquisa justifica-se perante a importância de estudos que apresentem um olhar para a efetividade de comprometimento da União com o financiamento da educação básica proporcionando a garantia do direito à educação prevista na Constituição.

Como parte do trabalho buscou-se um estudo da arte do que foi produzido nos cursos de Pós-Graduação em Direito e artigos nas base *scielo* com *qualis A* no Direito.

Se inicialmente o objetivo era a pesquisa apenas em dissertações e teses a busca por artigos levou ao aumento da compreensão das temáticas dada a baixa quantidade de dissertações e teses na área.

2 DIREITO À EDUCAÇÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS- GRADUAÇÃO DO DIREITO

Foi feito levantamento de teses e dissertações apresentadas em programas de Pós-Graduação em Direito³ que tratam de financiamento da educação, bem como a publicação de artigos em revistas com *qualis A* no Direito⁴ e na base Scielo⁵. O levantamento foi realizado no mês de junho de 2024 utilizando-se como escopo a produção pós-Constituição de 1988.

Vários estudos sobre estado da Arte da pesquisa em financiamento da educação⁶ foram localizados, entretanto tratam da temática de forma abrangente, sendo que aqui se objetivou analisar como a temática é discutida nos programas de pós-graduação e produções derivadas dos mesmos da área do Direito.

2.1 TESES E DISSERTAÇÕES NO DIREITO

³ A pesquisa realizada em vários momentos contou com a consulta final ao banco de Dissertações e Teses da CAPES no dia 24 de junho de 2024. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁴ Consulta na Plataforma Sucupira tendo como data de último acesso o dia 24 de junho de 2024, utilizando-se a classificação do Qualis para o Quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

⁵ A pesquisa realizada em vários momentos teve como último acesso o dia 24 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

⁶ Entre eles destacam-se: Velloso (2001); Gomes, Carnielli, Jesus e Leal (2007); Santos (2013); Davies (2014); Jacomini e Cruz (2019).

Utilizando-se metodologia próxima à apresentada por Oliveira (2021) na revista *Fineduca*⁷ - Revista de Financiamento da Educação, realizou-se a busca por teses e dissertações no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES que tratassem de “direito à Educação”.

Inicialmente obteve-se um total de 1986 trabalhos sobre direito à educação, sendo 319 em programas da área do Direito; também segundo a metodologia aplicada por Oliveira (2021), mas aplicando à área do Direito, optou-se por associar na busca o termo “financiamento”.

Quando pesquisado “Direito à educação” + “financiamento” obteve-se 7 trabalhos na área do direito; “direito à educação” and “financiamento” 1 trabalho; “direito à educação” and recursos 1 trabalho, “recursos para educação” 1 trabalho, “financiamento da educação” 5 trabalhos; “FUNDEF” 2 trabalhos, “FUNDEB” 9 trabalhos, “novo FUNDEB” 2 trabalhos.

Verificando os trabalhos apresentados em cada uma das formas de pesquisa o total foi de 18 trabalhos. Não se pode garantir que não haja outros trabalhos, mas destaca-se a importância das palavras chave apresentadas pelos autores enquanto elemento de busca de seus trabalhos para realização de pesquisas sobre a temática.

Em função da quantidade de Dissertações e Teses foi possível catalogá-las e fazer a leitura dos resumos o que permitiu aos autores algumas análises:

Dos 18 trabalhos apresentados verifica-se que 13 foram em programas de Mestrado e 5 como teses de Doutorado, verifica-se também que a grande concentração de trabalhos se deu na região Sudeste (o que por si só se justifica em função da concentração de Programas nesta Região, 13 trabalhos foram apresentados na Região Sudeste), cabe destacar que 10 dos trabalhos foram defendidos a partir de 2020, podendo vir a significar um aumento da pesquisa do direito na temática.

Verificou-se uma diversidade de temáticas, que foram classificadas pelos autores da seguinte forma:

⁷ A revista possui *qualis* A3 na área da Educação, não obstante constitui-se na principal publicação sobre Financiamento da Educação reunindo os principais pesquisadores do país na temática na área da Educação. Professor Cleiton de Oliveira foi grande pesquisador sobre financiamento da educação discutindo a necessidade de recursos para a educação, atuou na sua vida profissional da educação básica ao Doutorado, orientando inúmeros pesquisadores. O trabalho que agora serve de base foi publicado em 2021 após seu falecimento.

Quadro 1: teses e dissertações sobre financiamento da educação em programas de Direito⁸

Temática	Trabalhos*
FUNDEF/FUNDEB/novo FUNDEB/fundos/ recursos para educação	14
Federalismo e equalização fiscal	3
Controle social/ direito fundamental/ direitos humanos/ ativismo	8

* O total de trabalhos soma mais que os 18 encontrados porque se entende que alguns apresentam mais de uma classificação;

Fonte: Elaboração própria com leitura dos resumos.

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>

Merece destaque o olhar dos estudos para a questão dos fundos e dos recursos de forma direta; na leitura dos resumos foi possível verificar que: a palavra FUNDEB ou Novo FUNDEB foi utilizada como palavra-chave em 8 trabalhos e 5 usaram a palavra Federalismo, a presença da palavra “políticas públicas e “desenvolvimento” chamou a atenção na leitura dos resumos.

Considerando-se o baixo número de trabalhos específicos no Direito optou-se pela pesquisa de trabalhos publicados no Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito -CONPEDI e Revistas com *Qualis* A1 no Direito que estão na base do *Scielo* do CNPQ.

Dada a inexistência de um sistema de busca, bem como o fato dos artigos sobre financiamento da educação aparecerem dispersos por Grupos de Trabalho – GTs do CONPEDI tais como: Direito Constitucional, Direitos Sociais e Políticas Públicas, entre outros, não foi possível estabelecer um estudo da arte da produção no evento da pós graduação do Direito;

3 ARTIGOS SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM REVISTAS *QUALIS* A1 NO DIREITO QUE ESTÃO NO SCIELO

Foram localizados 194 artigos sobre direito à educação, quando pesquisado “direito à educação” and “financiamento” obteve-se 13 artigos em periódicos diversos, com o termo “financiamento da educação” 104 artigos, “FUNDEF” 25 artigos, “FUNDEB” 37 artigos e “novo FUNDEB” 3 artigos.

Optou-se por catalogar as revistas com *qualis* A1 no Direito e seguir a mesma estrutura da análise das dissertações e teses:

⁸ Alguns trabalhos aparecem quando buscados por várias palavras e outros apenas com algum termo, totalizando assim 25.

Assim, dos 194 artigos ficou-se com 113 artigos, sendo importante observar que apenas 2 artigos foram publicados em revista Qualis A1 cuja “área mãe” fosse o Direito⁹.

O mesmo levantamento foi feito para as demais pesquisas: “direito à educação” and “financiamento”: dos 13 artigos 10 foram publicados em revistas que possuem o Qualis A1 no direito, sendo que nenhum na área mãe.

Quando analisados os artigos pela pesquisa “financiamento da Educação” dos 104 ficou-se com 61 com *qualis* A1 na área do direito; Os 37 artigos sobre FUNDEB foram reduzidos para 18. Quando pesquisado sobre o FUNDEF foram reduzidos de 25 para 12. Em todos estes casos nenhum artigo foi publicado em revistas originariamente do Direito.

Quadro2: Pesquisa de artigos sobre Financiamento da educação no Scielo

Termo da pesquisa	Número encontrado	Qualis A1 no Direito	Qualis A1 – Direito como “área mãe”
Direito à Educação	194	113	2
“direito à educação” and “financiamento”	13	10	0
Financiamento da educação	104	61	0
FUNDEB	37	18	0
FUNDEF	25	12	0
Novo FUNDEB	3	3	0

Fonte: elaboração própria com consulta ao www.scielo.br. 24 de junho de 2024

Feita tal análise não sendo possível seguir apenas com os artigos da “área mãe” do Direito, optou-se por verificar os artigos de “direito à educação” and “financiamento (10) Financiamento da Educação (61), FUNDEB (18), FUNDEF (12) e Novo FUNDEB (3) com *qualis* A1 no Direito. Alguns artigos apareciam em mais de uma relação, ficando com o total de: 80 artigos.

Grande parte dos artigos pertence a nomes conhecidos da área de financiamento da educação ligados efetivamente à educação, destaque para: Nicholas Davies, Jorge Abrhahão, Thereza Adrião, Lisete Arelaro, Jamil Cury, Nalú Farenzena, Andréa Gouveia, Romualdo Portela, Marcelino Pinto, entre outros. Assim, objetiva-se servir de base de pesquisa para que haja maior interação entre pesquisas do Direito e Educação.

Ao analisa-los com as mesmas categorias que foi feita na análise de dissertações e teses do Direito, tem-se que:

⁹ Os referidos artigos foram publicados na Revista “Direito GV”, dos demais 4 foram publicados em revista de área mãe do Serviço Social, 2 foram publicados em da Saúde Coletiva, 1 de sociologia e 1 de história.

Quadro 3: Artigos sobre financiamento da educação disponíveis no Scielo – qualis A1 no Direito

Temática	Trabalhos*
FUNDEF/FUNDEB/novo FUNDEB/fundos/ recursos para educação	57
Federalismo e equalização fiscal	13
Controle social/ direito fundamental/ direitos humanos/ ativismo	15
outros	14

*novamente um artigo pode ter sido classificado em mais de um item, dado um universo maior foi acrescida a classificação “outros”.

Fonte: Elaboração própria com leitura dos resumos.

<https://scielo.br>

Verifica-se a existência de pesquisa sólida na temática, mas necessidade de maior discussão nos programas do Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o apresentado no artigo conclui-se que: Se por um lado há uma produção específica no CONPEDI se faz necessário o estabelecimento de sistemática de busca que auxilie os pesquisadores.

Verificou-se também um crescimento da pesquisa na área nos últimos anos apesar do baixo número de dissertações e teses quando comparado à área da educação.

O artigo ainda apresenta como resultado a elaboração de dois apêndices: apêndice 1 com a dissertações e teses produzidas na área, apêndice 2 artigos encontrados em periódicos *qualis* A1 no direito que estão na base do Scielo. Acredita-se que tal pesquisa possa auxiliar outras pesquisadores que estão desenvolvendo trabalhos na área.

Novamente, registra-se a importância de palavras-chave que sejam diretamente relacionadas como a temática pesquisada nas teses e dissertações e não se apresentem de forma vaga.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

DAVIES, Nicholas. Levantamento Bibliográfico sobre Financiamento da Educação no Brasil. **Educação em Revista**, Marília, v. 15, n. 1, p. 91-162, jan./jun. 2014.

GOMES, Cândido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura; JESUS, Wellington Ferreira de; LEAL, Helder Bueno. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 29-52, jan./abr. 2007.

JACOMINI, Márcia Aparecida; CRUZ, Rosana Evangelista. O financiamento da educação na produção acadêmica de programas de pós-graduação no Brasil (2000-2010). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 69, p. 653-675, set./dez. 2019.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas. **O financiamento da educação no Brasil: o estado da arte e a constituição do campo (1996-2010)**. 2013. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AlfredoSergioRibasdosSantos-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

VELLOSO, Jacques. **Pesquisas no país sobre financiamento da educação: onde estamos?**. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coord.). **O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil - 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

Apêndice:

18 trabalhos localizados no banco de dissertações e Teses da CAPES

1 BRADBURY, LEONARDO CACAU SANTOS LA. **Fundamentos do direito à educação:** a tutela constitucional do financiamento estudantil no Brasil e em Portugal. 12/12/2021 519 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba.

2 BRANDAO, GUSTAVO FURTADO. **As Transferências Fiscais no Federalismo brasileiro:** sobre o repasse do FUNDEB ao Estado do Maranhão. 30/07/2019 168 f. Mestrado em DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís.

3 CARMONA, RAQUEL TORCANI. **Políticas Públicas para a efetividade do Direito a Educação Superior no Brasil:** Direitos Humanos e Sociais através da Educação. 07/09/2021 173 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

4 DIAS, SERGIO LUIZ PINEL. **O funcionamento dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e seu regime jurídico.** 20/07/2017 164 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

5 DINIZ, HIRMINIA DORIGAN DE MATOS. **A legitimação das decisões governamentais pela participação e pelo controle social:** o caso do Conselho do FUNDEB do Paraná. 07/12/2023 292 f. Doutorado em CIÊNCIA JURÍDICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, Jacarezinho.

6 FERREIRA, BRUNO PASTORI. **A Regulação normativa da educação domiciliar:** uma escolha para o combate à escassez de recursos e um caminho alternativo para a concretude da eficiência educacional e econômica. 13/09/2022 353 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, Marília.

7 GALDINO, MARLI. **A efetividade do FUNDEF e FUNDEB como instrumento de financiamento do direito à educação básica e as perspectivas do novo FUNDEB.** 29/07/2020 115 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo.

8 LANKE, FABIANA ALDACI. **A participação social e a oferta de condições para a atuação de Conselhos e conselheiros do FUNDEB nos municípios da Associação de Municípios do Planalto Norte Catarinense.** 29/03/2020 152 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

9 MANTOAN, PEDRO IGOR. **O federalismo fiscal brasileiro e a experiência do Fundeb:** aplicação do modelo de equalização fiscal. 16/05/2019 182 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.

10 MAZOTTI, MARCELO. O ativismo judicial no panorama do Direito à Educação: a intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas educacionais e seus efeitos práticos: estudo comparado entre o Brasil e os EUA. 26/03/2017 252 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.

11 MELO, ALBERTO BEZERRA DE. **Direito à Educação, financiamento público e garantia de padrão de qualidade na Educação Básica:** efeitos do Novo FUNDEB (EC 108/2020) sobre a capacidade orçamentária dos municípios do Estado do Amazonas para implantarem o Custo Aluno Qualidade. 24/05/2023 260 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

12 MENDES, LUCAS. **Federalismo fiscal em desequilíbrio:** OS REFLEXOS NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – MG. 06/04/2020 146 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS, Pouso Alegre.

13 NUNES, ALYNNE NAYARA FERREIRA. **O FUNDEB na prática:** Uma análise jurídica dos desafios para a implementação de políticas públicas no Brasil. 11/04/2016 96 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO, São Paulo.

14 PADIN, CAMILA FERRARA. **Alumni e Endowment:** atuação jurídico-institucional de universidades brasileiras na captação de recursos destinados ao financiamento da educação superior. 29/07/2018 207 f. Mestrado em DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo.

15 PIMPAO, CARLOS HENRIQUE DIEDRICHS. **A Emenda Constitucional 95/2016 e o Direito Fundamental à Educação.** 29/09/2022 97 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL, Curitiba.

16 QUARESMA, GRACIELE DE AGUIAR. **Desenvolvimento como liberdade, acesso e financiamento da educação no Brasil.** 06/05/2021 134 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

17 SILVA, BRUNA ISABELLE SIMIONI. **O Direito fundamental à Educação na Ordem Constitucional Brasileira.** 19/03/2015 145 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL, Curitiba.

18 SILVA, LEANDRO ALVARENGA. **Da Destinação de Recursos para educação por meio do Fundo Social face às finalidades da Ordem Econômica.** 10/04/2014 122 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, Marília.

Apêndice 2: 80 artigos de acordo com a metodologia adotada

ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 841-858, out. 2005.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 253-267, abr. 2007.

ALVES, Thiago; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone; SCHNEIDER, Gabriela; FABRO, Marcos Didonet del. Financiamento da escola pública de educação básica: a proposta do simulador de custo-aluno qualidade. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

AMARAL, Nelson Cardoso et al. O FUNDEB permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), Campinas, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

AMARAL, Nelson Cardoso. Um novo Fundef? As ideias de Anísio Teixeira. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 75, p. 277-290, ago. 2001.

ARAÚJO, Luiz. IMPACTO FINANCEIRO DA IMPLANTAÇÃO DO CAQI NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1215-1233, dez. 2012.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Gasto em educação e o custo-aluno qualidade (CAQ). **Educação & Sociedade**, v. 33, Nº 120, p. 1281-1286, out. 2012.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039-1066, out. 2005.

ARAÚJO, Raimundo Luiz Silva. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 33, Nº 120, p. 1287-1308, out. 2012.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

BASSI, Marcos Edgar; BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Resultados das políticas de valorização do magistério público em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, nº 254, p. 127-148, abr. 2019.

BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 116-141, abr. 2011.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. As concepções educacionais de Martinho Lutero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 163-183, abr. 2007.

BERNARDO, Joyce Santana et al. Implicações dos repasses constitucionais na qualidade da educação municipal das regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 506-518, dez. 2016.

BRUNO, Dhaiene de Jesus dos Reis; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. A educação infantil em municípios com distintas capacidades orçamentárias: acesso, condições de oferta e financiamento. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023.

CAIADO, Katia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 303-315, ago. 2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, José Luiz. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 135, p. 817-839, dez. 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Necessidades e possibilidades para o financiamento da educação brasileira no plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, v. 34, Nº 124, p. 829-849, set. 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 857-876, out. 2007.

CIAVATTA, Maria. O regime de colaboração e o ensino médio: uma análise de contexto. **Educação & Sociedade**, v. 34, Nº 124, p. 961-978, set. 2013.

CORBUCCHI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da Educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, mar. 2016.

CRUZ, Gabriela; ROCHA, Rudi. Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010. **Estudos Econômicos** (São Paulo), São Paulo, v. 48, n. 1, p. 39-75, mar. 2018.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 249, p. 347-370, ago. 2017.

CROZATTI, Jaime. Variáveis que influenciaram o IDEB do ensino fundamental das redes públicas municipais paulistas em 2017. **Educação e Pesquisa**, v.47, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo plano nacional de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 790-811, dez. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007.

DAVIES, Nicholas. A fiscalização das receitas e despesas do ensino em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, Nº 149, p. 518-541, ago. 2013.

DAVIES, Nicholas. Os procedimentos adotados pelo tribunal de contas do Piauí para a verificação das receitas e despesas vinculadas à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 93-111, mar. 2010.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 753-774, out. 2006.

DAVIES, Nicholas. O Fundef e os equívocos na legislação e documentação oficial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 113-128, jul. 2001.

DONOSO-DÍAZ, Sebastián; ARIAS-ROJAS, Óscar; REYES-ARAYA, Daniel. Presupuesto de educación pública y macropolítica educacional Chilena: Hallazgos Y debates. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Regulação sistêmica e política de financiamento da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 821-839, out. 2005.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; BRITO, Silvia Helena Andrade de; PERONI, Vera Maria Vidal. Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 565-578, dez. 2012.

EDWARDS JUNIOR, Brent; HALL, Stephanie M. Escolas charter: gestão de professores e aquisição de recursos na Colômbia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 442-468, jun. 2017.

ENCINAS, Rafael; DUENHAS, Rogério Allon. O FUNDEB E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

FARENZENA, Nalú; GIL, Juca; MACHADO, Maria Goreti Farias; MOSNA, Rosa Maria Pinheiro. POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA ARGENTINA, NO URUGUAI E NO BRASIL (1990-2014). **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 600-617, set. 2018.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. Gestão de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino na esfera municipal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 118-137, mar. 2015.

FONSECA, Marília; FONSECA, Dirce Mendes da. A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n.1, p. 151-164, mar. 2016.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli. Financiamento da Educação Especial no Município de Vitória: desafios à gestão. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 279-296, out. 2018.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb. **Educar em Revista**, n. 58, p. 271-286, dez. 2015.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. A gestão do Ensino Fundamental pelo governo do estado de São Paulo: uma análise do financiamento e dos indicadores sociais de educação (1980-1993). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 92-118, dez. 1999.

GOMES, Sandra. Políticas nacionais e implementação subnacional: uma revisão da descentralização pós-Fundef. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 659-690, 2009.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Financiamento da educação e luta sindical: conflitos em uma grande rede de ensino. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 285-302, mar. 2016.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo De. Perspectivas e desafios no debate sobre financiamento e gestão da educação: da CONAE a um novo PNE. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 789-807, set. 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Orçamento participativo da educação: limites e possibilidades na experiência de União da Vitória/PR. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 22, p. 221-240, dez. 2003.

GUERRA, Luiz Antonio. Participação popular na formulação de políticas educacionais: A campanha e o novo Fundeb. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, 2023.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Política de financiamento da educação básica: o Fundeb e o efeito redistributivo. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 303-317, abr.-jun. 2012.

JESUS, Wellington Ferreira de. **A vinculação de recursos para a educação e a UDN**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 213-236, abr. 2010.

KANG, Thomas H. Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964. **Estudos Econômicos** (São Paulo), São Paulo, v. 41, n. 3, p. 573-598, set. 2011.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As políticas públicas e o direito à educação: Progrma Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus Plano

Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 489-504, jun. 2017.

LOPES, Doraci Alves. Um ensaio sobre o IV SEB: algumas leituras possíveis. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1305-1322, dez. 2013.

LOYOLA, Paulo. Autonomia municipal e interdependência federativa: uma análise sobre as mudanças ocorridas no acesso e nos gastos em educação no Brasil (2000 - 2014).

Educação & Sociedade, São Paulo, v. 38, n. 140, p. 767-790, jul. 2017.

MENEZES, Janaina S. S. Educação em tempo integral: direito e financiamento. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 137-152, set. 2012.

MOURA, Camila Batista Gama; SOARES, David Gonçalves; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM DEBATE. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra. O programa FUNDESCOLA: concepções, objetivos, componentes e abrangência - a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 127-147, abr. 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; DUARTE, Eide Nasser; OLIVEIRA, Cleonara Maria. Caminhos da política de financiamento educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 387-404, abr.-jun. 2012.

OLIVEIRA, Ramon de. Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 51-66, abr. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Uma dimensão avaliativa do Fundef: a desigualdade regional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 22, p. 139-151, dez. 2003.

PINTO, Élidea Graziane; XIMENES, Salomão Barros. Financiamento dos direitos sociais na Constituição de 1988: do “PACTO ASSIMÉTRICO” ao “ESTADO DE SÍTIO FISCAL”. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 980-1003, dez. 2018.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da Educação Na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 846-869, dez. 2018.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 624-644, set. 2014.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise do financiamento da educação no estado da Califórnia, EUA. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 699-722, dez. 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, set. 2002.

POCHMANN, Marcio; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: Embates do início do século XXI. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, dez. 2016.

RESENDE, Caio Cordeiro de; ZOGHBI, Ana Carolina Pereira; MENEZES, Rafael Terra de; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. O impacto da educação integral na participação das mães no mercado de trabalho e no trabalho infantil: uma avaliação de impacto do Programa Mais Educação por regressão descontínua. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32, p. 323-362, ago. 2020.

RIBEIRO, Andreia Couto; JESUS, Wellington Ferreira de. A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n.º 241, p. 696-710, dez. 2014.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

SENNA, Paulo. Constituinte, Financiamento e Direito à Educação: A voz dos protagonistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 823-845, dez. 2018.

SENNA, Paulo. A legislação do Fundeb. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 319-340, ago. 2008.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros; CAMARGO, Rubens Barbosa de. LISETE ARELARO: densidade acadêmica e luta política pavimentando o caminho do esperar ARELARO. **Educação & Sociedade**, v. 44, 2023.

TREIN, Laura Dexheimer; FARENZENA, Nalú. Carreira e remuneração do magistério estadual do Rio Grande do SUL. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022.

TRIPODI, Zara Figueiredo; DELGADO, Victor Maia Senna; JANUÁRIO, Eduardo. Ação afirmativa na Educação Básica: Subsídios à medida de equidade do FUNDEB. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022.

VAZQUEZ, Daniel Arias; SCHLEGEL, Rogerio. Covid-19, Fundeb e o populismo do governo Bolsonaro nas relações federativas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2022.

VAZQUEZ, Daniel Arias. Mecanismos Institucionais de Regulação Federal e seus Resultados nas Políticas de Educação e Saúde. **Dados**, v. 57, n. 4, p. 969-1005, dez. 2014.

VELLOSO, Jacques. Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 655-680, ago. 2005.

VELLOSO, Jacques. Universidade na América Latina: rumos do financiamento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 39-66, jul. 2000.

VIANA, Mariana Peleje; STRAUBHAAR, Rolf. Em que medida a mídia jornalística aborda o financiamento educacional? Estudo de caso no Texas/EUA. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

WENDHAUSEN, Maria Anita. Exigência de desempenho acadêmico e exclusão social. **Educação & Sociedade**, v., n. 119, p. 569-590, jul. 2012.